



GRUPO DE TRABALHO PARA O PARLAMENTO DIGITAL

Ata n.º 7/XIII/1ª SL

Deputados presentes na Reunião de 9/09/2016

Coordenador

Bruno Dias

Jorge Lacão

PCP

Aos 9 dias do mês de setembro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu o Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, na sala 4 das Comissões, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Ponto de situação sobre a Desmaterialização do Processo Legislativo.

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital (GTPD), Deputado Jorge Lacão, iniciou a reunião informando que o Sr. Secretário-Geral da Assembleia da República não poderia estar presente, em virtude de se encontrar em Coimbra, em representação da Assembleia da República, no funeral do ex-Deputado Barbosa de Melo (Presidente da Assembleia da República durante a VI Legislatura).

Tendo em conta que se tratou de uma reunião específica para avaliar em que ponto se encontrava a interoperabilidade do processo legislativo, participaram representantes da Presidência da República, do Governo, do Tribunal de Contas e da Imprensa Nacional Casa da Moeda, nomeadamente:

Por parte da Presidência da República:

- Dr. Ricardo Camossa (Assessor da Casa Civil);
- Comandante Francisco Viegas (Diretor do Serviço de Informática).



Do Governo:

- Dr. Luís Góis (Chefe do Gabinete do SEPCM);
- Dr. Francisco Duarte (Adjunto do Gabinete).

Do Tribunal Constitucional:

- Eng.º Fernando Pires (Diretor de Informática);
- Dr. José Eduardo Figueiredo Dias

Da INCM:

- Dr. Carlos Ribeiro (Diretor da INCM, responsável pela área de Informática).

O Coordenador fez uma breve introdução aos trabalhos que se seguiriam dando alguns testemunhos da sua experiência em matéria de desmaterialização do processo legislativo e de simplificação de procedimentos, objetivos que tinham estado na base da Redelex.

Saudou o trabalho que o Governo e os representantes dos vários órgãos ali presentes têm vindo a desenvolver nesta área e solicitou que dessem o seu testemunho, tendo em conta que o Grupo de Trabalho teria muito interesse em ouvir o que já se fez e o que se poderá melhorar para voltar a por em curso o Redelex.

Solicitou aos serviços da Assembleia da República que fizessem um resumo do trabalho desenvolvido até ao momento.

Neste sentido e depois de uma apresentação breve, a Dr.ª Cláudia Ribeiro (DSATS) explicou os antecedentes históricos dos trabalhos de desmaterialização legislativa, tendo também referido os vários impulsos



políticos para esse efeito. Disse, nomeadamente, que na anterior Legislatura, por iniciativa da então Presidente da AR, tinha sido criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de fazer o levantamento dos fluxos relativos ao processo legislativo, com visto ao desenvolvimento subsequente de um workflow.

Esse GT (que funcionou com elementos da DSATS e do CINF) elaborara e entregara um Relatório em meados de 2011, sugerindo os passos a adotar com vista à desmaterialização do Processo Legislativo Parlamentar. Observou ainda que o atual Presidente da Assembleia da República manifestara vontade de serem retomados os trabalhos desenvolvidos sobre este projeto.

Foram apresentados dois exemplos de processos desmaterializados: o Processo Legislativo do Orçamento e o Processo de Perguntas e Requerimentos dos Senhores Deputados.

O Sr. Coordenador, após o resumo feito pelos Serviços, deu a palavra aos representantes das instituições ali presentes, tendo o Dr. Luís Gois referido que o Processo Legislativo do Governo está totalmente desmaterializado e que, ao longo dos anos se trabalhou no sentido de tudo ser feito para acautelar todas as situações. Referiu também que a AR não depende do Governo para desenvolver o seu processo e que o da PCM já se encontra em fase de testes.

No que respeita à Presidência da República foi explicado que a circulação dos documentos é feita por via eletrónica e existe vontade de ir mais além, no sentido de uma verdadeira desmaterialização. Já realizaram várias reuniões com o Governo para afinar procedimentos. No entanto, foi



sublinhado que deverão ser salvaguardadas as competências próprias de cada órgão.

Quanto à Imprensa Nacional, o Dr. Carlos Ribeiro observou que está tudo informatizado e que se encontram em fase de testes com o Governo, visto que ambos utilizam a plataforma SmartDoc, no âmbito dos seus sistemas de gestão documental. Referiu ainda que seria útil que os documentos que viessem a ser publicados no Diário da República não fossem em PDF mas em Word para agilizar a publicação.

No que se refere ao Tribunal Constitucional (TC) o seu representante informou não disporem de recursos para avançar muito nesta matéria (só têm 2 informáticos). Também em termos de decisão política, será necessário validar a decisão a tomar. O TC trabalha com Bases de Dados, mas não tem um Gestor Documental e o processo circula ainda todo em suporte de papel. Estão, porém, disponíveis para aprofundar contactos com vista a integrar um sistema de interoperabilidade.

O Coordenador do GT lembrou que, no campo das novas tecnologias, há uma constante evolução, pelo que é impossível estar sempre a aguardar pelos novos desenvolvimentos, pelo que o que se pretende é apurar se há vontade política de todos os interessados para se avançar em conjunto.

O Sr. Deputado Bruno Dias solicitou alguns esclarecimentos sobre a desmaterialização em curso junto do Governo e a sua interligação com o sistema de gestão documental. Sublinhou a importância de se adotarem formatos abertos e de os documentos em PDF serem acompanhado por um documento editável.



Observou que nestas áreas se se espera muito tempo para fazer mudanças as peças vão ficando obsoletas, tendo ainda destacado a importância de todos os órgãos trabalharem em conjunto no sentido de o Processo Legislativo ser desmaterializado.

O assessor da Casa Civil, Dr. Ricardo Camossa, referiu-se a dois aspetos a considerar a propósito da desmaterialização: a interação e a certificação através da assinatura eletrónica.

O Dr. Luís Góis lembrou que a tecnologia existe para facilitar a vida às pessoas, pelo que teria que haver um equilíbrio em relação às exigências da desmaterialização. Também disse que não existem sistemas totalmente seguros, mas tal também se verifica com os suportes de papel, pelo que essa dificuldade não deve levar a menos convicção na prossecução do objetivo de desmaterializar o processo legislativo.

Seguiu-se um breve debate sobre a matéria entre os Serviços e os convidados, tendo os serviços lembrado o elevado custo que implicava o desenvolvimento da Redelex, razão pela qual o projeto acabou por não avançar.

Face às explicações dadas, o Coordenador do Grupo de Trabalho sublinhou que há que definir caminhos, visto que a tecnologia que estava na base da Redelex já é obsoleta e envolveria custos elevados, pelo que haverá que encontrar outro sistema que sirva a todas as partes envolvidas.

Terminou sugerindo que se criasse um Grupo de Trabalho para analisar o *Roteiro do Procedimento Legislativo Eletrónico*, elaborado em 14 de setembro de 2007, pedindo de seguida a opinião dos presentes.



Ficou decidido que esse documento seria enviado por e-mail a todos os presentes, tendo o Sr. Coordenador pedido a todos que refletissem sobre o mesmo e apresentassem sugestões em próxima reunião.

Nada mais havendo a dizer, o Sr. Coordenador deu por terminada a reunião às 12h15.

Palácio de São Bento, 09 de setembro de 2016

O Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital,

Jorge Lacão